

ENSINO DE HISTÓRIA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DE GÊNEROS E SEXUALIDADES: Diálogos em Direitos Decoloniais junto ao Transfeminismo Afroindígena e Formação Continuada de Professores no Vale do Rio Guaribas – Piauí.

Shearley Lima Teixeira; Paulo Fernando Mafra de Souza Junior.

(UFPI, IESRSA, IEAf/UFPE. E-mails: shearleyvictor@hotmail.com; omafraom@gmail.com)

Resumo: Militâncias do Transfeminismo Afroindígena e ativistas dos Direitos Humanos e movimento LGBT, através do Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual – GGLOS, empoderam-se das secretarias e coordenadorias de Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual, e da Diversidade e Inclusão, na Cidade de Picos, município-polo do Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Guaribas – Piauí, para executar o Projeto Diálogos em Diversidade: Por uma escola humanizada. Justificando-se nas demandas do enfrentamento à violência escolar, historicamente interseccionada pelas discriminações/opressões às diferenças étnico-raciais de gêneros e sexualidades, inerentes ao sistema colonizador, objetivou-se a efetivação da formação continuada de professores, valendo-se das legislações federais, estaduais e municipais que instituem a Diversidade e estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Culturas Africana, Afrobrasileira e Indígena, assim como o uso do nome social das pessoas travestis e transexuais nos serviços públicos e privados da educação, saúde, comércio e lazer; os dias municipais dos ciganos e umbandistas e do combate ao racismo, à violência contra a mulher e à homofobia. Alcançando onze escolas públicas, a iniciativa problematizou as perspectivas teórico-metodológicas dos direitos decoloniais emergidos com as reformulações práticas e obrigatórias dos currículos, uso do diálogo transdisciplinar entre os diversos saberes locais dos professores e sujeitos coletivos que fazem a educação brasileira. Os resultados sinalizam a emergência da Escola Inclusiva como categoria estratégica e (não)governamental do movimento social de educadores engajados na Ecologia dos saberes, desconstrução do eurocentrismo e visibilidade dos direitos étnico-raciais que subvertem o capitalismo patriarcal e seu sistema moderno da colonialidade de gêneros e sexualidades.

Palavras-chave: Ensino de História, Diversidade Étnico-racial, Transfeminismo Afroindígena, Formação Continuada de Professores, Direitos Decoloniais.

Do nascimento do GGLOS e Projeto “Diálogos em Diversidade: Por uma Escola Humanizada” no Vale do Rio Guaribas – Piauí.

Entre as promulgações das Leis 10.639/2003 e 11.646/2008, que tornam obrigatório o Ensino de História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação brasileira, observou-se nas últimas décadas, no sertão do Estado do Piauí, as emergentes práticas discursivas que reivindicam o reconhecimento da memória coletivas das populações negras e indígenas na revisão da historiografia oficial e na inclusão da diversidade étnico-racial no ensino da História Escolar. Transversalmente à ineficácia do governos atuais em efetivar as referidas leis junto à formação continuada dos professores da educação brasileira, constatou-se o surgimento das organizações não-governamentais (ONGs) aliadas ao robustecimento do movimento social de travestis e transexuais, matizado pelas diversas identidades das pessoas

*trans afroindígenas*¹ engajadas em micro(macro)políticas, representando segmentos sociais a partir das vozes e falas das mulheres negras, quilombolas, ciganas, umbandistas, candomblecistas, entre outras, sobretudo agenciadas pelos discursos dos Direitos Humanos e Movimentos LGBT inter(trans)nacionais.

Institucionalizando o movimento das minorias sociais sob a estrutura de ONG, o Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual – GGLOS, criado no ano de 2006 e atuando até os dias sob a presidência da travesti Jovanna Cardoso da Silva, popularmente conhecida como Jovanna Baby², agenciou as demandas de diálogos em diversidade entre educadores, professores-militantes e gestores nos espaços escolares, por meio dos órgãos público-administrativos da cidade de Picos, município-polo do Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Guaribas. Ocupando as onze escolas públicas através das estratégias decoloniais do diálogo como exercício democrático das cidadanias plenas engajadas na reconstituição do ensino da história pública, militantes do grupo, empoderados pela política de si e dos sujeitos coletivos, construíram sua visibilidade pública como educadores sociais através das 12 edições anuais das Paradas da Igualdade/Diversidade e Jornadas Nordestinas de formação da cidadania LGBTs, entre Fóruns nacionais de pessoas travestis e transexuais negrxs, conferências e seminários regionais e estaduais de Direitos Humanos, direitos das travestis, mulheres e demais minorias sexuais e reprodutivas de corpos coletivos tradicionais ou, precisamente, não-modernos.

Partindo das perspectivas dos direitos decoloniais³, contra-hegemônicos e/ou transgressivos à *monocultura da mente* (SHIVA, 2003), em resistência e subversão dos mecanismos da colonialidade do poder, a promoção da visibilidade dos sujeitos coletivos LGBT nos diálogos democráticos foram também engendradas através das táticas de ocupação dos cargos públicos e funções governamentais, vistos como o lugar de agenciamento dos novos

¹ Pelo mesmo motivo de Cecília C. Mello (2003), adotamos o termo afroindígena, ao invés de afro-indígena ou afro e indígena, contrapondo a oficialidade dos acordos ortográficos de língua portuguesa, para salientarmos o caráter político e epistemológico, ético e estético do decolonialismo das pessoas trans e Transfeminismo Afroindígena, como um devir de transgressão às colonialidade e normas etnolinguísticas, a fim de reafirma a opção decolonial e desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008) pela transgressão dos discursos cientificistas, políticas hegemônicas e perspectivas higienizadoras da diversidade que fragmentam e classificam as identidades afro e indígenas como categorias distintas e em conformidade ao sistema binário e essencialista do pensamento abissal do sistema-mundo ocidental (SANTOS, 2007).

² Conselheira nacional do Direitos das Mulheres do Governo Brasileiro, desde junho de 2018, atuando também como administradora/presidenta da Apttra (Articulação Piauiense de Travestis e Transexuais); Comitê da Promoção Da Igualdade (Grupo Astral); Associação Comunitária, Cultural e de Apoio Social - Forum Nacional De Pessoas Travestis E Transexuais Negras E Negros (FONATRANS); e do Grupo Brasileiro de Promoção da Cidadania, que passou a nomear o GGLOS a partir de 2009.

³ Diferentemente do sentido descolonial, com 's', o decolonial não pressupõe uma superação ou projeto civilizatório para o futuro (COLAÇO & DAMÁZIO, 2012). Assim, entendemos que os direitos decoloniais, expressam-se pelo direito à resistência e subversão às colonialidades de gênero (LUGONES, 2014) e das sexualidades normativas postas como estilos de vida do sistema capitalista moderno e suas epistemologias eurocênicas, tais como reprodução das colonialidades dos países do norte sobre os países do sul.

direitos e *cidadanias outras* que contribuem para afirmação política da *ecologia de saberes* (SANTOS, 2007). Apropriando-se de múltiplos espaços, muitas das vezes pelo manifesto-protesto nas ruas, entre Paradas Gays, estruturas arquitetônicas e cerimoniais dos eventos cívicos das prefeituras, secretarias de educação, saúde, segurança, trânsito, trabalho, assistência social e escolas públicas, diversos corpos-discursos afroindígenas empoderaram-se dos espaços/tempos midiáticos, redes cibernéticas e iniciativas coletivas (não)governamentais de formações continuadas de professores e educadores-militantes na educação pública e privada.

Ao assumir cargos públicos na coordenadoria de Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual, ligada à secretaria municipal de Trabalho e Assistência Social, e coordenação da Diversidade e Inclusão, ligada à secretaria municipal de Educação, inúmeras articulações das militâncias sociais de negrxs, quilombolas, ciganos, umbandistas e pessoas trans afroindígenas associadas ao GGLOS, passaram a assumir outros discursos públicos e diferentes posicionamentos políticos em espaços, funções e cargos públicos articulando Políticas Públicas de promoção da Igualdade Étnico-racial, para população LGBT e combate à violência contra à mulher. Valendo-se da enunciação objetiva dos direitos sexuais e reprodutivos do corpo político e das cidadanias coletivas em busca de uma Escola Inclusiva, *identidades-outras* em divergência ao projeto civilizatório do capitalismo patriarcal, apropriam-se do discurso-gestor para problematizar as legislações educacionais federais e estaduais, reivindicando a memória coletiva e os saberes locais para elaborar, aprovar na câmara dos vereadores e promulgar, como decretos de leis municipais, as demandas dos Direitos Humanos inter(trans)nacionais, acerca dos direitos das pessoas travestis negras/indígenas, entre eles o uso do nome social; o combate ao racismo, ao sexismo e à homofobia; o dia cívico e comemorativo dos ciganos e umbandistas, sobretudo respaldados pela reivindicação técnica do ensino da história escolar e das subjetividades como efetivação das políticas públicas educacionais que atravessam os diversos setores dos poderes executivos, legislativos e judiciário do município-polo do Vale do Rio Guaribas.

Militâncias forjadas através das políticas do corpo, em posicionamentos identitários contra-hegemônicos, munidos de corpos-discursos construídos no ativismo em Direitos Humanos de LGBTs, agenciaram através da estrutura ONG do GGLOS as (des)continuas perspectivas decoloniais, éticas e estéticas não-binárias dos sujeitos coletivos minoritários no espaço público, entre ambientes escolares, domésticos e de lazer em festividades públicas e cívicas (MAFRA, 2015). Estrategicamente o grupo desfaz do *sistema moderno da*

colonialidade de gênero (LUGONES, 2015) e das sexualidades naturalizadas pelo patriarcalismo e homofobia institucional e, reafirmando-se como identidades políticas através da diversidade étnico-racial, passaram a acionar os dispositivos do ensino da história de si em diversos tempos e espaços cibernéticos e presenciais, (con)fundindo-se às demandas da revisão do ensino da história escolar reivindicada pelos sujeitos coletivos engajados nas demandas de formação continuada de professores enquanto políticas públicas. Assim, a necessidade de um projeto do GGLOS junto à formação continuada de professores nascia entre os efeitos de ‘*curto-circuito*’ ou resistência anarquista (RAGO, s.d.) do pensamento transfeminista afroindígena, reinventado como estratégias biotecnológicas de subversão da cis(hétero/homo)normatividade entre demandas das militâncias dos saberes-locais e políticas públicas do Ministério da Educação (MEC) e secretaria de Direitos Humanos do governo federal do Brasil.

Justificando-se nas violências escolar e urbanas sofridas pelos corpos não-normatizados junto ao sistema de gênero patriarcal do capitalismo moderno, o projeto *Diálogos em Diversidade: Por uma escola humanizada* nasce no ano de 2014 no antepenúltimo Estado federativo de maior índice de desenvolvimento humano (IDH 0,646) no *ranking* brasileiro⁴, sendo este um dos últimos territórios marcados, desde o subsolo da memória coletiva indígena, pela visibilidade do arquivo-morto e prejuízos humanos resultante do projeto civilizatório anglo-europeu (SOUZA JUNIOR, 2013), entre elas as histórias dos conflitos entre indígenas e colonizadores dos séculos XVIII e XIX (OLIVEIRA, 2007). Em meio às riquezas da diversidade dos inúmeros sítios das pinturas rupestres e registros arqueológicos dos infanticídios causados pela presença e consequências das armas biológicas do colonizador europeu e jesuítas no sudoeste do Piauí, o referido projeto nasce filiado às problemáticas do ensino de História junto ao ‘*Berço do homem americano*’, assim intitulado pela comunidade arqueológica internacional franco-brasileira nas Américas, que associando-se aos saberes locais ligados ao Parque Nacional Serra da Capivara, é considerado um dos importantes patrimônios mundiais da humanidade e da cultura (i)material junto ao desenvolvimento sustentável da biodiversidade reconhecida pelo IPHAN e UNESCO desde o ano de 1991⁵.

Entre demandas inter(trans)nacionais das políticas desenvolvimentistas na América Latina nos últimos anos, os *diálogos em diversidade por uma escola humanizada* parte do multiculturalismo estratégico anunciado pelas legislações e políticas públicas educacionais

⁴ Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/37/30255?tipo=ranking> > Acesso em 10/08/2018.

⁵ Disponível em: < www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/serra-da-capivara/#c1348680 > Acesso em 10/08/2018.

nacionais junto às reeleições e análises críticas sobre o sistema de segurança, saúde, trabalho e assistência social no enfrentamento da violência escolar, racismos, sexismos, xenofobias e homofobias que interseccionam às opressões e discriminações étnico-raciais que reproduzem as desigualdades sociais e de classes nos países do sul. Assim, como a Escola Inclusiva que emerge da resignificação das relações epistemológicas dos saber-poder que desmantelam os posicionamentos hierárquicos entre países e papéis representativos do poder político que atravessam as organizações (não)governamentais, sociedade civil e militâncias sociais manifestas nas redes cibernéticas, nos sujeitos coletivos e corpos localizados.

No tensionamento discursivo neste território de memórias decolonizadas o ensino de história escolar e a historiografia acerca do (trans)feminismo afroindígena depara com as contradições das políticas de desenvolvimento e democratização do uso público do passado em tempo/espço supostamente ‘esquecidos’ no Estado do Piauí que, no entanto, destaca-se no cenário (trans)nacional devido a emergência histórica da primeira política travesti brasileira, Kátia Tapety⁶, que assumiu por três vezes, por maior número de votos, os cargos de vereadora e vice-prefeita na história da cidade de Colônia do Piauí e do Brasil, ainda na década de 90, fenômeno que representa as dificuldades do professor-historiador lidar com a demanda *queer* de *trans-historicizar* (VEIGA & GUZZO, 2016) o universo pedagógico e *políticas trans* afroindígenas entre inúmeras resquílios coloniais e resistência das comunidades quilombolas que, ainda hoje, reproduzem corpos subversivos à escravidão. Tais posicionamentos e corporalidades políticas atravessam as colonialidades e memória ruidosas dos sem números de cemitérios e das lideranças indígenas soterradas pelo ‘antigo’ sistema colonial moderno em constantes disputas pela versão da historiografia regional e oficial em meio às guerras religiosas e ideológicas atribuídas aos crimes de latrocínios, homicídios, esfacelamentos cranianos, empalamentos, esfaqueamentos, estrangulamentos e suicídios por asfixia e enforcamento, sobretudo dos corpos-políticos identificados como de pessoas gays e travestis mortxs pela homofobia entre mercados e explorações sexuais das últimas décadas(SOUZA JUNIOR, 2013).

Portanto, é diante do contexto contemporâneo dos crimes políticos e golpes mortais de Estado que este relato de experiência sinaliza a urgência das problemáticas acerca do Ensino de História e da Diversidade Étnico-racial de gêneros e sexualidades, objetivando promover análises críticas a partir dos diálogos teórico-metodológicos dos Direitos Decoloniais junto ao

⁶ Cf. filme premiado na 8ª Mostra de cinema de Direitos Humanos da América do Sul, disponível: <https://cidadeverde.com/noticias/153218/filme-sobre-a-vida-de-katia-tapety-leva-premio-internacional-de-cinema> (83) 3322.3222 contato@cintedi.com.br

Transfeminismo Afroindígena e Formação Continuada de Professores no Vale do Rio Guaribas; refletindo a história das subjetividades junto ao projeto Escola Inclusiva e obrigatoriedades das legislações federais, estaduais e municipais do Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena; do uso do nome de travestis e transexuais nos serviços públicos e privados; e dos dias de combates às violências, à homofobia e discriminações às comunidades ciganas e umbandistas que ressignificam o calendário cívico-escolar entre professores e profissionais da educação básica do ensino público, gestores públicos e educadores sociais que atravessam as relações de poder-saberes locais entre organizações (não)governamentais, movimento social organizado e ativismos dos corpos-discursivos dos Direitos Humanos de LGBT que transgridem o sistema das colonialidades modernas de gênero e sexualidades sobrepostas à autonomia e independência política da América Latina e demais países do sul de língua oficial portuguesa.

Estratégias teórico-metodológicas dos direitos decoloniais junto ao Transfeminismo Afroindígena e Formação Continuada de professores na Escola Inclusiva.

A partir de onze escolas públicas, majoritariamente localizadas no centro urbano aos limites da zona rural na cidade de Picos, identificadas e selecionadas pelas coordenadorias de Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual e da Diversidade e Inclusão da Prefeitura Municipal, utilizando-se os critérios do maiores números estatísticos e indicadores da vulnerabilidade social, dos registros de situações de violência e transferências escolares associadas às discriminações étnico-racial e desigualdades de gênero e sexualidades, o GGLOS articulou descontínuos diálogos, em redes cibernéticas e eventos presenciais, entre 95 profissionais, desde da pedagogia feminista, professores-historiadores LGBTs, estudantes-militantes do transfeminismo afroindígena da área de licenciatura em história e letras/português à profissionais como secretárias, serviços gerais, diretorxs não-identificados pela militância ou filiados ao movimento social, para problematizar o ensino de história nas referidas leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, juntamente com as lei municipal nº 2.295/2008 que “*Dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Combate a Homofobia*” e Decreto nº 006/2009 que “*Determina aos órgãos da Administração pública Municipal e da iniciativa privada que observem e respeitem o nome social dos transexuais*”⁷ através de palestras e aulas-expositivas, rodas de conversas sobre experiências cotidianas de enfrentamento das violências, contação de

⁷ Disponível em: < <https://picosmix.wordpress.com/leis/> > Acesso em 16/08/2018.

histórias compartilhadas das resistências da vida pessoal e coletivas e estratégias dos saberes-locais de profissionais e técnicos da educação básicas voltas à afirmação dos direitos trabalhistas à formação continuada de professores que lidam cotidianamente com os conflitos das discriminações e opressões à diversidade étnico-racial em suas comunidades e ambientes escolares.

Tomando como categorias centrais a Diversidade e Escola Inclusiva, a estratégia do diálogo entre saberes-locais em rodas de conversas e trocas de experiências vividas proporcionaram reflexões críticas às abordagens teórico-metodológica entre as perspectivas pós-coloniais e decoloniais junto aos estudos de gêneros e sexualidades nas diversas manifestações culturais de matrizes africanas e indígenas remanescentes nos ambiente e turnos escolares que lidam com os conflitos da violência e injúrias racistas. Diante deste diagnóstico foi proporcionado aos participantes as versões impressas do kit cidadania, contendo documentos oficiais referentes à constituição brasileira e políticas de inclusão da diversidade étnico-racial, de gênero e manifestações culturais da cidadania LGBT que promovem a revisão e efetivações das leis no currículo escolar, manuais e guias aos conselheiros municipais, relatórios sobre a violência homofóbica, programas nacionais de direitos humanos e à saúde de LGBTs, Diretrizes e Normativas e legislações municipais e regionais junto aos parâmetros curriculares nacionais (PCNs), tais fundamento discursivo dos agentes (não)governamentais que efetivam as demandas do MEC e secretaria de Direitos Humanos do governo brasileiro.

Após registros fotográficos das atividades de integração entre saberes locais e globais, publicidades midiáticas, televisivas e em redes sociais no espaço cibernético foram reproduzidas sob o enunciado da formação continuada de professores da educação, culminando em auto-identificações dos participantes em murais, produção de textos coletivos orais e escritos e problematizações descontínuas das demandas de revisão do ensino de história escolar a partir do documento corpo-discursivo de discentes e docentes envolvidos no ensino-aprendizagem acerca da diversidade étnico-racial de gêneros e sexualidades nas políticas desenvolvimentistas e economias transfeministas locais de cada comunidade. Através da análise crítica dos resultados desta etapa, foi possível produzir relatórios para a gestão da prefeitura municipal e movimentos sociais do Estado através da indicação de outras estratégias para capacitar recursos humanos e professores da educação básica no Vale do Rio Guaribas e Estado do Piauí a fim de redirecionar e contestar tradições impotas nos espaços formais e não-formais de educação básica, oportunizando outros olhares e diálogos que ressignifique a

formação continuada de docentes e gestores públicos frente aos imperialismos das políticas desenvolvimentistas, fortalecendo o novos segmentos sociais na produção de pesquisas governamentais, produção de conhecimentos científicos junto às universidades e relações de saber-poderes locais que respeitem às autonomias políticas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos dos sujeitos coletivos e suas organizações econômicas e educacionais em diferentes regiões nas quais os discentes e docentes residem e reproduzem seus corpos-discursivos.

Resultados e discussões dos diálogos entre corpos/vozes coletivas da militância transfeminista afroindígena, gestores educacionais e professores-historiadores junto ao Ensino dos Direitos Decoloniais e Diversidade étnico-racial de gênero e sexualidades.

Depois de mais de uma década da criação das referidas leis, constata-se a negligência burocrática do Estado que (des)regulamenta as instituições públicas e privadas na efetivação de cursos de especializações gratuitas voltadas aos professores e educadores que lidam cotidianamente com os conflitos e ranços das heranças dos projeto civilizatório forjados por currículos e escolas eurocentradas na catequese modernizadora, cabendo aos movimentos e militâncias sociais a invenção e afirmação dos direitos decolonizadores dos discurso dos Direitos Humanos internacionais, que muitas vezes higienizam os saberes locais a partir de modelos democráticos baseados no individualismo e estruturas conservadoras da família tradicional cristã enquanto núcleo reprodutivo de corpos úteis ao patriarcalismo moderno e seus epistemicídios junto às diferentes concepções étnico-raciais acerca dos direitos decoloniais à saúde e autonomia econômica trans afroindígena que atravessam à colonialidade do saber-poder entre múltiplas políticas do corpo sexual e reprodutivo (des)localizado pelos curto-circuitos do sistema-mundo global.

O fenômeno emergente dos conflitos sociais e escolares associados à desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008) evidenciam as disputas do ensino de história publica como enfrentamento epistemológico dos países do sul frente aos prejuízos humanos do sistema moderno das colonialidades de gênero (LUGONES, 2014) e sexualidades impostas como reminiscências das políticas humanistas e projetos desenvolvimentistas que continuamente reproduzem modelos educacionais universais e deslocalizados, engendrando mecanismos de controle, moralizações e normatizações dos corpos ideais à matriz epistemológica das micro(macro)políticas do poder-saber ocidental, assim como pela estruturação ética e estética

do ‘nudismo permitido’ da diversidade humana em redes cibernéticas como Facebook e outras mídias que padronizam o padrão civilizado da sexualidade e reprodução humana.

As consequências da violência epistêmica (CASTRO-GÓMEZ, 2005) no tradicional e oficial ensino de história reificam-se na invisibilidade das diferenças étnico-raciais nos posicionamento político dos corpos generificados e sexualizados junto ao saberes e subjetividade transfeminista afroindígena que resistem ao projetos civilizatórios e desenvolvimentista da vida cidadina e cotidiana frente aos saberes universalistas das universidades e pressupostas democracias dos Estados neoliberais, sob ditames das teorias e perspectivas ideológicas e religiosas do evolucionismo humano que tanto dão suporte às utopias de avanço humanista do capitalismo global.

Na esteira do multiculturalismo oficial (COLAÇO & DAMÁZIO, 2012), o governo federal brasileiro e movimento social organizado e pós-estruturado em ONGs, lidam com o engajamento da luta social da travestis e transexuais afroindígenas junto à demanda de ‘descentralização’ da “Verdade Universal ou História Única” (ADICHIE, 2015), que nos foi imposta como matriz capaz e eficiente de controlar “o indígena selvagem” e ‘civilizar os povos afrodescendentes’ através da utilização dos seus corpos, populações e territórios a serem modernizados pelas atualizações do sistema do capitalismo global e seus pensamentos abissais (SANTOS, 2007) acerca das cis(hétero/homo)normatividades de gêneros e sexualidades. Assim, a resistência do politeísmo, poligamia e poliamor dos sujeitos coletivos reprodutivos do pensamento e corporalidades decoloniais exigem e reivindicam outro ensino de história e ‘novos’ educadores e modelos educacionais contra-desenvolvimentistas que desconstruam a gênese e ontologia humanista e especificista das relações de poder evolucionista, seja no contar e no (des)fazer dos limites do ensino-aprendizagem por meio da (re)escrita e reprodução da memória coletiva atravessada pela história e cultura africana, afrobrasileira e indígena de si entre instituições educacionais cada vez mais transfeminista, latino-americanas ou sudocatas.

Paralelamente às emergências de produção de outros conhecimentos, baseados nos saberes e demandas dos conflitos locais, reafirma-se a resistência do pensamento decolonial aliada às lutas pela aquisição de outras tecnologias de comunicação, técnicas discursivas, didáticas e instrumentos dialógicos e midiáticos, tais como reconstrução dos referenciais teórico-metodológicos que robustecem as matrizes epistemológicas do sul junto às rodas de conversas e troca de experiência como documento do ensino-aprendizagens em ensino de

história que transformem os cenários de violências enquanto a cultura da paz que construída junto à terra, cotidianamente, resistindo a ideia de paz num futuro celeste. É do giro decolonial (GROSFOGUEL, 2007) que a política de formação continuada para professores surgiu como estratégias de *guerra por outros meios*, valendo-se das memórias e múltiplas versões das histórias do tempo presente que reivindicam a história escolar como instrumento de reconstrução de cidadanias plurais, plenas, organicamente forjadas pelos intelectuais-militantes que lidam com os conflitos cotidianos da colonialidade de gênero e sexualidades em disputas pela memória e histórias de vida no ambiente escolar.

A ineficiência da gestão pública do Estado piauiense frente a demanda da formação continuada pública e gratuita, foi continuamente criticada por parte dos participantes do projeto que questionavam a pouca disponibilidade do tempo direcionada ao projeto em questão, a carências de acompanhamento técnico para produções de saberes científicos que dialoguem com os saberes locais. Muitos dos profissionais destacaram a precarização do trabalho dos professores e baixos salários que limitam o acesso uma especialização *lato sensu* e/ou *stricto sensu* na rede da educação privada, valendo-se dos recursos pessoais para adquirir as titulações necessárias e ensino-aprendizagem presencial fora do Estado do Piauí através do espaço cibernético, muitas vezes promovendo saberes deslocalizados, resultando na carências de habilidades profissionais na transformação dos currículos escolares e na resolução dos conflitos locais, inibindo os exercícios da cidadania plena na ressignificação do trabalho docente e na compreensão do ensino da história das subjetividades no ambiente escolar.

Sobretudo, em meio aos impasses subjetivos da efetivação e aplicabilidade dos parágrafos 1º e 2º do Art 26-A da Lei 10.639, que consta a obrigatoriedade da inclusão, dentro do conteúdo programático a ser oferecido nas escolas básicas e superiores, os estudos da história da África e dos Africanos, a luta e (re)existência dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e as populações negras na formação da sociedade nacional, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e da História Brasileira, observou-se vozes do *medo em ser perseguidos politicamente*, da perda do emprego e ser rejeitados por outros profissionais e autoridades superiores. No que se trará da aplicabilidade do Art. 79-B, que versa sobre o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’, constatou-se críticas e sentimentos de tristeza pelo isolamento desta consciência a um único dia do calendário escolar, enquanto que os profissionais/militantes reafirmaram a possibilidade de reprodução deste dia com a inclusão de outros segmentos sociais, como dia

dos ciganos, umbandistas, quilombolas, candomblecistas e, por exemplo, dia comemorativo dos profissionais do sexo e da Parada LGBT como estratégia de reprodução do dia da consciência negra na escola e outros espaços públicos.

Acerca do parágrafo 1º do Art 26-A da Lei nº 11.645/2008, em que destaca-se “O conteúdo programático”, observou-se um explosão de significados para o além dois grupos étnicos-raciais, binários, que reivindicam sua contribuição na formação da sociedade nacional, demandando a inclusão de múltiplos segmentos e reconhecimento dos valores e saberes locais que robustecem olhares plurais no território brasileiro, visibilizando outras colorações e nuances na economia do poder diante das (in)justiças sociais e identidades culturais que permeiam as diversas comunidades não-modernas que interligam o mosaico étnico-racial do Estado Plurinacional brasileiro (COLAÇO & DAMÁSIO, 2012) e piauiense.

Assim, partindo da meta de atender e transformar as carências locais através da problemática da formação continuada de professores conforme demanda da escola inclusiva e cidadania plena de LGBT, o GGLOS mostrou-se, através da experiência de formação política de travestis e transexuais afroindígenas nas Jornadas Nordestinas e Paradas LGBTs, como dispositivo estratégico junto à categoria Escola Inclusiva, demandando perspectivas decoloniais no ensino da história escolar em que o conteúdo historiográfico mostra-se no corpo-coletivo dos discentes e docentes que envolvixs na reprodução da história de si, engajam-se na história e memória do corpo coletivo das minorias sociais, robustecendo os saberes locais subversivos da capitalismo patriarcal e suas sutilezas imperialistas que permeiam as políticas desenvolvimentistas através da educação inclusiva.

Considerações (trans)conclusivas e subversivas de um único fim humanista:

O projeto sinalizou, a partir do pensamento Decolonial e perspectivas transfeministas afroindígena que as políticas públicas de desenvolvimento e formação continuada de professores demandam a desconstrução do sistema-mundo patriarcal e suas epistemologias eurocêntricas, projetando-se na crítica cotidiana à democracia universal. Fundamentando-se na ecologia dos saberes, pluralidade dos pensamentos crítico-reflexivo e policultura das matrizes epistemológicas, desde a concepção do *Ubuntu* africano às noções de *multinaturezas ameríndias*, constatou-se o princípio de respeito à diversidade (não/pós)humana e liberdade da escolha coletiva como pluralismo democráticos, validando as estratégias biotecnológicas e autonomia das sexualidades, como princípio da independência econômica, política e cultural.

Referências:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’**. em LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: O direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2015.

MAFRA, Paulo. **O Silêncio e o Segredo do Cabeça de Cuia: Violência contra gays, homofobia e Militância LGBT no Vale do Rio Guaribas**. Curitiba: Appris, 2015.

MELLO, Cecília C. do A. **Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afroindígena do sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em Política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Tese (Doutorado em História do Brasil) Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

RAGO, Margareth. **O Anarquismo e a História**. Coletivo Sabotagem. s.d.

ROCHA, Helenice. Introdução. In: ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (Org.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. RJ: FGV, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estudos, n. 79. Dezembro de 2007.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA JUNIOR, Paulo Fernando Mafra. **Corpos asfixiados e dilacerados sob as forças das hetero(homo)normatividades: Arquivo-morto da homofobia no interior do Piauí**. Anais do Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo. 14 a 16 de agosto de 2013 Natal – RN. ISBN: 978 85 425 0074 5.

VEIGA, Ana Maria Veiga & GUZZO, Morgani. **“Trans-historizar” o espaço público dentro e fora da academia: desafios para a historiografia e para o feminismo?**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 182-209, set. 2016